

Apresentação

Por ocasião da comemoração dos 30 anos da Lei dos Juizados Especiais veio a ideia da presente obra coletiva *Juizados Especiais: 30 anos da Lei nº 9.099/1995 - acesso à Justiça, efetividade e desafios contemporâneos*, com a finalidade de não deixar passar em branco data tão marcante.

A existência dos Juizados Especiais está prevista na Constituição Federal, que, em seu artigo 98, inciso I, mostra a importância de se dar atenção diferenciada às demandas cíveis de menor complexidade e às infrações penais de menor potencial ofensivo, priorizando os princípios da razoável duração do processo, da oralidade, informalidade e simplicidade dos procedimentos, de caráter sumaríssimo.

A partir daí vieram os trabalhos que compõem esta obra, elaborados por ilustres magistrados e operadores do Direito, os quais apresentaram diversos matizes dos problemas enfrentados por quem atua diretamente no sistema dos Juizados Especiais, inclusive relatando os desafios atuais, que são diuturnamente enfrentados por quem judica nessa área, sem ignorar a constante inovação tecnológica que deve auxiliar - e não substituir - o julgador.

Não podemos esquecer que, quando da edição da referida lei, nos idos de 1995, os Juizados Especiais eram vistos como uma Justiça menor, e que, não raro, não recebia a mesma atenção do que aquela destinada à chamada 'Justiça Comum'. O tempo encarregou-se de mostrar que o Juizado Especial não fazia concorrência, mas, ao contrário, conseguia - e ainda consegue - desafogar o crescente - e insano - volume de processos que diariamente ocorrem ao Poder Judiciário chamado "comum". Sua importância, agora indiscutível, veio à tona com o bom serviço prestado à sociedade.

São 30 anos de luta para aumentar a acessibilidade ao Poder Judiciário e a pronta solução das questões de menor complexidade (nas áreas cível e fazenda) e menor potencial ofensivo (na área criminal). De luta, também, para superar (e enfrentar) as demandas de massa, às vezes ajuizadas sem justificativa ou interesse legítimo, priorizando a solução consensual dos conflitos.

Os autores trazem diversos temas que são reiteradamente levantados e discutidos em eventos como o Fórum Nacional dos Juizados Especiais (Fonaje), e nos lembram da importância de incentivar e estruturar condignamente as unidades dos Juizados, como forma de bem atender à população que busca rápida prestação jurisdicional.

É obra comemorativa, mas de grande valor por seu conteúdo, que nos leva à reflexão sobre a inegável importância do Sistema dos Juizados Especiais na prestação jurisdicional e sobre os problemas e desafios enfrentados - e superados - diuturnamente.

José Jacob Valente
Desembargador do TJSP
Coordenador do Conselho Supervisor dos Juizados Especiais